

## APLICAÇÃO DAS LEIS 10.639/03 E 11.645/08 NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE FÁTIMA DO SUL/MS

**FIGUEIREDO, Jacira de Oliveira Silva**<sup>1</sup> (Jacira.figueiredo@yahoo.com.br); **LANDA, Beatriz dos Santos**<sup>2</sup> (bialanda@uems.com)

<sup>1</sup>Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia UEMS – Dourados;

<sup>2</sup>Docente dos curso de licenciatura em Ciências Biológica e Pedagogia da UEMS – Dourados.

Com a publicação da Lei 10.639/03, e a Lei 11.654/08 que tornou obrigatório a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Cultura Indígena nos currículos em todos os níveis e etapas e modalidades dos sistemas de ensino. É uma decisão política, que permeia o campo pedagógico, impactando inclusive na formação de professores. Podemos avaliar que está medida veio garantir o acesso dos negros aos bancos escolares, e a necessidade da valorização da história e cultura de seu povo, buscando reparar dano sofrido pelo povo negro, com relação à sua identidade e a seus direitos. A Lei Federal 10.639/03 e Lei 11.645/08 buscam cumprir o estabelecido na Constituição Federal no seu Art. 5º, bem como nos Art. 26, 26A e 79B na Lei 9.394/96 que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a aplicação da Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, como são apresentadas e discutidas no âmbito em uma escola municipal de Fátima do Sul-MS, a maneira que o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira é tratado e desenvolvido com as/os estudantes do quinto ano do Ensino Fundamental. Para tanto, foram realizadas observações das práticas escolares, aplicação de questionário para conhecer a formação das professoras nesta temática, e a organização do PPP desta escola. Verificou-se que os textos apresentados em sala de aula e as discussões realizadas, são estereotipadas, apresentando uma visão submissa da população negra e indígena. Ainda baseados no princípio equivocado “descobrimiento do Brasil”, apresentando-os somente como vítimas e invisibilizando-os como protagonistas de suas histórias.

**Palavras-chave:** Lei 10.639/03, Lei 11.645/08, Relações Étnico- Raciais, Currículo

**Agradecimentos:** À UEMS pela concessão de bolsa de Iniciação à Pesquisa à primeira autora.

